

POLÍTICAS PÚBLICAS: RECORTE MUNICÍPIO DE NITERÓI

FATORES DE RISCO

1. Política econômica: Geração de Renda e Trabalho:

Disparidade mão de obra qualificada e mercado de trabalho acessível; Ausência de um modelo de política específico para a questão do desemprego dos jovens; Ausência de dados sobre número e perfil de jovens desempregados; Ações integradas e espaços de articulação; Projetos descontínuos e excludentes; Falta de estímulo ao empreendedorismo e protagonismo juvenil.

2. Cultura de Violência e Paz: Armas e Mídia: Falta de conteúdo e espetacularização da violência pela mídia; Criminalização da pobreza, favela = bandido/ traficante; Valorização da arma como símbolo de poder; Demarcação territorial que contribui para a falta de diálogo entre os jovens.

3. Educação: Capacitação, Evasão, Esporte e Lazer: Falta integração entre instituição de ensino e aluno; Escolas não preparam para o mercado e nem garantem uma perspectiva de inserção; Fracasso no ensino básico; Evasão escolar; Profissionais despreparados a lidar com o tema e pouco envolvimento das instituições de segurança pública na educação dos jovens.

4. Segurança Pública: Grupos Armados e Policiamento: Carência de mecanismos de avaliação e monitoramento das atividades do GPAE; Falta de legitimidade do policiamento comunitário e personificação das ações bem sucedidas.

PROPOSTAS APRESENTADAS

1.1. Programa de Inserção ao Mercado de Trabalho: mecanismos de identificação e atração aos jovens, unindo educação formal, educação para vida e outros cursos de formação profissional.

1.2. Programa de Intermediação: promover a inclusão de jovens no mercado de trabalho, cruzando demandas e potencialidades.

1.3. Banco de Dados: produção de indicadores de perfil e quantidade de jovens desempregados, e demandas existentes.

1.4. Formação para o Trabalho: Oficinas de qualificação técnica em unidade de cumprimento de medida sócio-educativa – CRIAM em especial.

1.5. Implicar Conselhos e Comissões.

2.1. Agendas de Debates: Discussões entre jornalistas locais, comunidades e seu entorno.

2.2. Oficinas de Debate e Estudo: temáticas específicas para debate entre os jovens nas comunidades.

2.3. Site Popular, Jornais e Rádios Comunitários

2.4. Intercâmbio Virtual

3.1. Torneios esportivos: competições esportivas que tragam uma perspectiva profissional.

3.2. “Formação pra a vida”: Incluir no currículo escolar, além da educação formal, mediação de conflitos, educação ambiental, etc.

3.3. Programa de enfrentamento a violência nas escolas: Capacitação dos profissionais da educação para lidar com questões de jovens envolvidos com o tráfico ou ameaçados de morte.

3.4. A escola e a segurança pública: Interação entre esses atores.

4.1. Avaliação e Monitoramento: Mecanismos de avaliação qualitativo e quantitativo dos trabalhos do GPAE. Avaliação de impacto.

4.2. Divulgação Pró GPAE: Difundir características e filosofia, experiências bem sucedidas, segurança e qualidade de vida do policial.

4.3. Institucionalização do GPAE: Formação e qualificação Policial.

FATORES DE RISCO

5. Justiça Juvenil: Medida Sócio-Educativa/ Proteção Especial à Criança: Precariedade das instituições de cumprimento de medidas sócio-educativas; Restrição ao direito de defesa; Falta de estrutura de trabalho nas delegacias especializadas; Poucas políticas voltadas ao cumprimento de medidas em meio aberto; Segregação dos jovens por local de moradia, contribuindo para o pertencimento a uma determinada facção; Carência de trabalhos com a família; Desarticulação da rede de atendimento integrado.

6. Drogas: Saúde Pública: Número insuficiente de instituições de atendimento a jovens dependentes químicos; Falta de integração entre os atores que trabalham nesta temática; Tratamento não diferenciado e sem o trabalho de apoio a família; Carência de campanhas educativas/mobilização preventiva; Profissionais da educação despreparados no tema e COMAD desarticulado.

7. Arranjo Familiar: Violência Doméstica: Crianças e jovens em contato direto com dependentes químicos/álcool; Pais sem “controle” sobre as ações dos filhos; Falta de conhecimento sobre o papel dos CT; Não há no currículo escolar saúde sexual e reprodutiva; Metodologia invasiva utilizada atualmente nas visitas domiciliares.

Eixo transversal: Programa formado por uma equipe multidisciplinar (psicologia, serviço social, educadores e atores comunitários), trabalhando na identificação e abordagem de crianças e jovens em situação de violência armada ou em vias de envolvimento no município. Estes técnicos e educadores serão responsáveis pelo encaminhamento dos mesmos aos programas propostos por este documento ou outros serviços disponibilizados por órgãos e instituições em Niterói.

PROPOSTAS APRESENTADAS

5.1. Integração dos Órgãos de Justiça Juvenil: Em especial os Centros de Defesa.

5.2. Modernização da DPCA

5.3. Municipalizar as Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto

5.4. Programa de Apoio à Família: Acompanhamento psicológico à família do jovem autor de ato infracional, trabalhando a vulnerabilidade e o fortalecimento.

6.1. Propor a Construção de mais Instituições de Recuperação

6.2. Programa de Tratamento Diferenciado

6.3. Fortalecer e criar comprometimento na composição do Conselho Municipal Anti Drogas.

7.1. Integração dos Serviços de Atendimento a Dependência Química e Álcool

7.2. Grupos de Apoio aos Responsáveis: Orientação aos pais ou responsáveis a lidar melhor com aspectos comportamentais e emocionais dos filhos.

7.3. Sensibilizar sobre dos Conselhos Tutelares

7.4. Seminários sobre Visitas Domiciliares

POLÍTICAS PÚBLICAS: PROJETO PILOTO MORRO DO ESTADO:

FATORES DE RISCO

1. Política econômica: Geração de Renda e Trabalho:

Disparidade mão de obra qualificada e mercado de trabalho acessível; Ausência de um modelo de política específico para a questão do desemprego dos jovens; Ausência de dados sobre número e perfil de jovens desempregados; Ações integradas e espaços de articulação; Projetos descontínuos e excludentes; Falta de estímulo ao empreendedorismo e protagonismo juvenil.

2. Cultura de Violência e Paz: Armas e Mídia:

Falta de conteúdo e espetacularização da violência pela mídia; Criminalização da pobreza, favela = bandido/ traficante; Valorização da arma como símbolo de poder; Demarcação territorial que contribui para a falta de diálogo entre os jovens, levando ao desinteresse de alguns jovens locais em relacionar-se com pessoas de outras comunidades;

3. Educação: Capacitação, Evasão, Esporte e Lazer:

Falta integração das escolas municipais locais e a Fundação Municipal de educação; Há pouco envolvimento dos responsáveis dos alunos com as escolas; Dificuldades encontradas pelos estudantes do ensino fundamental em frequentar as escolas pela demarcação territorial do tráfico; Falta de uma creche comunitária dentro da comunidade; Fracasso no ensino básico; Evasão escolar; Profissionais despreparados a lidar com o tema e pouco envolvimento das instituições de segurança pública na educação dos jovens.

PROPOSTAS APRESENTADAS

1.1. Programa de Inserção ao Mercado de Trabalho: Além dos cursos oferecidos por este Programa, incluir módulos de aceleração escolar e outros cursos de formação sugeridos pelos jovens.

1.2. Programa de Intermediação: Sistema de cadastro local, com mapeamento das condições sócio-econômicas e grau de instrução.

2.1. Agendas de Debates: Discussões temáticas entre jornalistas locais, comunidade e entorno, sendo organizado pelo Conselho Comunitário da Juventude - CCJ

2.2. Oficinas de Debate e Estudo: Questões relevantes a serem debatidas periodicamente pelo CCJ

2.3. Site Popular, Jornais e Rádios Comunitários: Programa na rádio local, produzido pelos jovens da comunidade. Produção de documentários, vídeos resgatando a história da comunidade. Site em que os jornalistas são membros e colaboradores.

3.1. Torneios esportivos: Torneios dentro da comunidade, com posterior competição no município.

3.2. "Formação pra a vida": Desenvolver os cursos deste Programa através de metodologias atrativas aos jovens (reportagens, teatro, documentários...).

3.3. Programa de enfrentamento a violência nas escolas: Capacitação dos professores das escolas e creche locais a enfrentar a questão, produzindo cartilhas com procedimentos e encaminhamentos necessários.

3.4. A escola e a segurança pública: Incentivar a integração através de campanhas educativas, oficinas de aprendizagens e outros mecanismos de aproximação entre esses atores.

3.5. Escola e Família: Responsabilidade Compartilhada: Atividades periódicas que buscam envolver escola, aluno e seus responsáveis.

3.6. Creche Comunitária dentro do Morro do Estado.

FATORES DE RISCO

4. Segurança Pública: Grupos Armados e Policiamento: Falta de Infra-estrutura e apoio logístico; Reprovação de determinadas práticas incompatíveis com a filosofia de policiamento comunitário; Carência de mecanismos de avaliação e monitoramento das atividades do GPAAE; Falta de legitimidade do policiamento comunitário e personificação das ações bem sucedidas.

5. Justiça Juvenil: Medida Sócio-Educativa/ Proteção Especial à Criança: Unidades de cumprimento de medidas sócio-educativas (semi-liberdade e internação) são fora do município e precariedade destas instituições; Restrição ao direito de Defesa; Falta de estrutura de trabalho nas delegacias especializadas; Poucas políticas voltadas ao cumprimento de medidas em meio aberto; Segregação dos jovens por local de moradia, contribuindo para o pertencimento a uma determinada facção; Carência de trabalhos com a família; Desarticulação da rede de atendimento integrado.

6. Proteção Especial à Criança: Vulnerabilidade de crianças por envolvimento com drogas e armas; Situação de abandono; Não adaptação ao sistema formal de ensino; Ausência de referências positivas na formação.

7. Drogas: Saúde Pública: Número insuficiente de instituições de atendimento a jovens dependentes químicos; Falta de integração entre os atores que trabalham nesta temática; Tratamento não diferenciado e sem o trabalho de apoio a família; Carência de campanhas educativas/mobilização preventiva; Profissionais da educação despreparados no tema e COMAD desarticulado.

8. Arranjo Familiar: Violência Doméstica: Crianças e jovens em contato direto com dependentes químicos/álcool; Pais sem “controle” sobre as ações dos filhos; Falta de conhecimento sobre o papel dos CT; Não há no currículo escolar saúde sexual e reprodutiva; Metodologia invasiva utilizada atualmente nas visitas domiciliares.

Eixo transversal: Incentivar a criação de um Conselho Comunitário da Juventude, com reuniões periódicas para discutir não só as questões relativas ao mercado de trabalho, como também os problemas comunitários, o acompanhamento e avaliação das ações para juventude no município e na comunidade etc. Ter um canal de interlocução entre o governo e os jovens, no debate das políticas públicas para juventude.

PROPOSTAS APRESENTADAS

4.1. Avaliação e Monitoramento: Além dos instrumentos recomendados, incluir métodos de envolvimento comunitário nos assuntos de segurança local.

4.2. Divulgação Pró GPAAE: Através de informativos periódicos e indicadores dos trabalhos, disponibilizados nos jornais locais.

5.1. Programa de Apoio à Família: O trabalho proposto neste programa, pode ser viabilizado através da criação de um CRAS na comunidade.

5.2. Auxílio Transporte: Famílias recebendo auxílio para deslocamento, sendo acompanhadas pelo Programa anterior.

6.1. Programa de Apoio à Família: Fortalecer o trabalho técnico dos CT, especialmente a equipe interprofissional na aplicação e acompanhamento das famílias.

7.1. Conselho Comunitário de Cidadania e Direitos Humanos.

8.1. Grupos de Apoio aos Responsáveis

8.2. Sensibilizar sobre dos Conselhos Tutelares: produção de cartilhas e palestras.

8.3. Seminários sobre Visitas Domiciliares

